

# DA CHEGADA DA MISSÃO MILITAR AMERICANA NO BRASIL EM 1936 À DOMINAÇÃO TOTAL DA INFLUÊNCIA DOUTRINÁRIA DO EXÉRCITO DO RIO SAM NO EXÉRCITO DO ZÉ CARIOCA

Fernando da Silva Rodrigues<sup>1</sup>

*Universidade Iguazu*

**RESUMO:** O final dos anos 1930 foi marcado por uma forte oposição ideológica no cenário mundial. Embora ocorresse um crescimento do intervencionismo estatal, em especial com o fortalecimento de regimes autoritários como o fascismo e o nazismo, os principais países do mundo permaneciam democráticos. No entanto, a influência dos Estados Unidos começou a ser sentida com mais intensidade na América Latina, durante o desenrolar da 2ª Guerra Mundial. Conversações foram mantidas, tendo focos os mais diversos possíveis: relações econômicas; questões estratégicas, como o fornecimento de matéria-prima ou o uso de partes do território; alinhamento de doutrinas militares e fornecimento de tecnologia, tudo objetivando estabelecer uma defesa continental das Américas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Segunda Guerra. Estados Unidos. Cooperação

O nosso trabalho de pesquisa teve por objetivo analisar o processo de construção de um pensamento doutrinário no Exército brasileiro tomando por base a chegada da Missão Militar Americana em 1936 que foi aos poucos substituindo o pensamento doutrinário prussiano e o francês até sua consolidação com o final da Segunda Guerra Mundial.

Uma Missão Militar Americana foi contratada em 12 de novembro de 1936<sup>2</sup>, para cooperar com o Estado Maior do Exército brasileiro, atuando junto à Inspetoria de Defesa de Costa e com oficiais do Exército brasileiro, no desenvolvimento e funcionamento do Centro de Instrução de Artilharia de Costa, além de superintender os cursos e auxiliar a instrução. A Missão, chefiada pelo General de Brigada *Allen Kinberly* (USA), tinha a seu cargo os cursos de Fortificação Permanente e Guerra Química, na Escola Técnica do Exército, onde deveria auxiliar as respectivas instruções.

---

<sup>1</sup> Doutorando em História, pelo PPGH da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, pesquisador do Arquivo Histórico do Exército, e professor da Universidade Iguazu.

<sup>2</sup> Documentos Históricos do Estado-Maior do Exército. Compilado pelo Coronel Diniz Esteves. Brasília: Edição do EME, 1996, p. 212-213.

No entanto, a influência norte-americana começa a ser sentida com mais intensidade no momento que já está em andamento o segundo conflito mundial na Europa. Conversações são mantidas por interesses diversos, tais como, relações econômicas e relações estratégicas, que passam pelo estabelecimento de bases militares no norte e nordeste brasileiro, como forma de estabelecer uma defesa continental. São iniciadas negociações para um convênio militar entre Brasil e Estados Unidos da América, pelo qual são enviados oficiais brasileiros para aperfeiçoarem seus conhecimentos profissionais<sup>3</sup>. Também são realizadas visitas de oficiais brasileiros do Alto Escalão para conhecer a organização do Exército norte-americano, assim como recebemos a visita de oficiais do Alto Escalão daquele Exército.

Segundo Jehovah Motta<sup>4</sup>, a ida desses oficiais aos Estados Unidos, com o decorrer do tempo, irá promover um crescente entrosamento entre os dois Exércitos, pois, no retorno, esses oficiais traziam novas idéias sobre organização, armamento, currículos, mas principalmente padrões e estilos de trabalhos e de convivência militar.

No contexto histórico deste artigo, que se limita ao período que vai do ano de 1936 ao final da Segunda Grande Guerra, podemos perceber como a política internacional dos países latino-americanos vai substituindo, na área militar, a influência européia, baseada principalmente nos interesses franceses e posteriormente alemães já com o crescimento dos regimes nazi-fascistas, pelos interesses norte-americanos de dominação continental. O contexto político mundial, de 1938 a 1942, pode representar o perigo de alinhamento ou cooperação de nações latino-americanas ao regime nazi-fascista.

É com o desenvolvimento desses regimes autoritários que os Estados Unidos da América dão maior ênfase aos seus preparativos para uma provável nova Grande Guerra ao estilo da que havia acontecido em 1914. No contexto de uma política internacional para as Américas, o Departamento de Estado Norte-Americano recomeça a avaliar a política da “Boa-Vizinhança” com a América Latina, em termos de colaboração militar. Política baseada no princípio da defesa nacional que inclui não só o território

---

<sup>3</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. Decreto-lei 1.776, de 17 de novembro de 1939, que autoriza o Ministro da Guerra a enviar, aos Estados Unidos da América, oficiais do Exército brasileiro para aperfeiçoarem seus conhecimentos profissionais.

<sup>4</sup> MOTTA, Jehovah. *Formação do Oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998, p. 299.

continental dos Estados Unidos, mas também o Caribe (considerado extensão do território Norte-Americano para defesa); o Alasca e a Terra Nova, ao Norte; o Nordeste brasileiro e as ilhas Galápagos ao sul.

Diante dessa política de defesa continental, o governo norte-americano necessita de mais bases militares nos países chaves, que são ajustadas a partir de tratados bilaterais especiais com esses países. Informalmente, os chefes da defesa dos Estados Unidos preparam planos unilaterais de ocupação daqueles países, caso as propostas diplomáticas falhem ou haja grandes interesses americanos na manutenção da paz interna continental.

No princípio, a estratégia elaborada não previa a participação conjunta de tropas latino-americanas e dos Estados Unidos num conflito aberto, sendo estes últimos responsáveis apenas pela defesa de todo hemisfério, com a contribuição dentro das escassas possibilidades dos países da América Latina.

Em reconhecimento da importância da América Latina para aquele momento, o Secretário de Estado Norte-Americano *Cordell Hull* determina a reorganização das seções latino-americanas do Departamento de Estado. Cria-se, em 1938, uma Divisão de Repúblicas Americanas, que absorveu a Divisão de Assuntos Latino-Americanos e Mexicanos, e que coopera com outros órgãos do governo para estabelecer uma boa relação entre os Estados Unidos e a América Latina.

O presidente Roosevelt deu, em fevereiro de 1938, o primeiro passo ao determinar recursos para constituir uma comissão interamericana para que se estabeleça uma política de transmissões radiofônicas internacionais que visem equilibrar, via ondas curtas, a propaganda nazista e em junho, é criada a Divisão de Relações Culturais do Departamento de Estado a fim de incentivar cooperação intelectual. Em pouco tempo, as grandes redes norte-americanas tinham permissão, da Comissão Federal de Comunicação, para transmitir programas em ondas curtas em português e espanhol. Com subsídios do governo, empresas de transporte inauguraram um serviço regular de linhas a vapor de passageiros para o Rio de Janeiro e Buenos Aires tão confortáveis quanto os navios alemães que circulavam na costa do Atlântico Sul. A companhia oferecia tarifas especiais a professores e alunos que fossem passar um ano no país de destino.

Com relação a assuntos militares, uma revolução com apoio nazista no continente americano ou fora dele é o suficiente para se pensar em atividades de estreitamento das relações através de missões militares. A Guerra Civil Espanhola ou a presença de oficiais alemães no Exército boliviano na Guerra do Chaco<sup>5</sup> representaram bem essas possibilidades. Tudo porque até o final da década de 30, é pouca a representação norte-americana nos países latino-americanos, com exceção de uma Missão Militar no Brasil, em 1936, e outra na Guatemala, além de uns poucos Adidos Militares no México, Cuba e no próprio Brasil.

A partir de 1938, o Departamento de Estados norte-americano determina a prestação de ajuda militar a fim de fortalecer os laços de amizade entre os Estados Unidos e o restante do continente americano, lançando as bases de uma cooperação militar e naval mais próxima de uma realidade de contrapor-se às investidas nazistas. A cooperação consistia no treinamento de militares latino-americanos em escolas das Armas nos Estados Unidos; realização de vôos freqüentes de demonstração das aeronaves americanas e visitas aos navios de guerra; convites a oficiais latino-americanos de alta patente para visitar os Estados Unidos; fornecimento de publicações das Forças Armadas dos Estados Unidos para Bibliotecas militares e a designação de mais adidos militares e navais para o continente americano. Todos esses itens estavam vinculados ideologicamente à questão da solidariedade interamericana, de interesse dos Estados Unidos.

No entanto, o centro de uma discussão nas questões militares diz respeito ao envio de armamento moderno, o que tanto desejavam os países latino-americanos, que poderia gerar o desequilíbrio de uma liderança na América Latina. Além disso, o suprimento de armas, em que era fundamental a cooperação militar, tinha vários obstáculos à sua realização, tais como: legislação restritiva; incapacidade das indústrias bélicas norte-americanas de produzirem a preço e condições de pagamento viável aos países latino-americanos.

---

<sup>5</sup> Segundo o texto *A presença alemã na Guerra do Chaco*, da Prof<sup>a</sup> Dra. Maria Teresa Torfíbio Brittes Lemos, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, o Exército boliviano foi organizado seguindo o modelo prussiano, cuja presença é observada, desde início do século XX, quando oficiais alemães foram contratados para organizar e modernizar o Exército. Segundo a autora, o General *Hans Kundt* chefiou o Exército boliviano de 1911 a 1930. Chegando à Bolívia, recebeu a patente de Coronel e posteriormente a de General, sendo então, nomeado Chefe do Estado-Maior, em condições de influenciar diretamente o destino do país, como na divulgação do nazismo e preparando o terreno para o avanço autoritário.

O preço e a capacidade de pagamento fazem com que países latino-americanos, a exemplo do Brasil, decidam voltar para a compra de armamento na Europa, principalmente na Alemanha.

O principal caso é da relação entre Brasil e Alemanha, desenvolvida com a compra de peças e acessórios de Artilharia da Casa Krupp alemã, de março de 1938 até início de 1942. Além disso, ao analisarmos os registros militares do Coronel de Artilharia Anôr Teixeira dos Santos<sup>6</sup>, do 2º Semestre de 1940, verificamos que o mesmo fora designado para chefiar a Comissão Militar Brasileira de *Essen*, na Alemanha, para observação e compra de material bélico. Em 8 de setembro de 1940, a comitiva havia partido para Berlim a fim de se apresentar na embaixada brasileira na Alemanha, sendo que no dia 25 de setembro já estavam em *Meppen* com a finalidade de assistir a provas de tiro e realizar o recebimento de canhões de campanha de 75 mm. No dia 10 de outubro seguiram para *Weimar*, a fim de visitar as instalações da Fábrica *Gustloff-Werke* e no dia quatro de novembro foram para Frankfurt para visitar instalações da Casa *Matra-Werke* e assistir à recepção de reboque-oficina. Em 11 de novembro foram para Kassel com o objetivo de visitar as instalações *Henschel-Werke*, e de 26 de dezembro a 31 de dezembro de 1940, ficaram em Munich visitando as instalações da Fábrica *Krauss & Maffei*. Já no ano de 1941, a comitiva estava em Berlim do dia primeiro a seis de janeiro, em visita às instalações da Casa *Siemens-Schuckert*, e tratando de interesses da Comissão, junto à Embaixada do Brasil. Em 31 de janeiro chegaram em *Celsenkirehen* para assistir à recepção das viaturas-munição para material de artilharia 75 mm, regressando em 21 de abril para *Meppen*, a fim de verificar as provas de tiro com os protótipos do obuzeiro de campanha 105 mm, e do canhão de campanha 105 mm. Em 11 de agosto, novamente a Comissão estava em *Meppen* para assistir agora às provas de tiro dos protótipos dos obuzeiros de campanha 150 mm, e 105 mm. Somente em 29 de janeiro de 1942, sabendo por intermédio da Embaixada do Brasil do rompimento das relações diplomáticas com a Alemanha, foi que a Comissão Brasileira, em *Essen*, suspendeu os trabalhos e mandou encaixotar os arquivos do grupo que ficaram sob a guarda da Casa Krupp. Como podemos perceber, essa intensa relação entre Brasil e Alemanha se desenvolvia em plena Segunda Guerra Mundial, pois somente após o rompimento da relação diplomática, a Comissão retornou ao Brasil.

---

<sup>6</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. Fé-de-ofício do General Anôr Teixeira dos Santos.

Outros fatores favoreciam a aproximação com a Alemanha, como foi a notícia, em maio de 1938, de que o governo argentino estava comprando grandes quantidades de armas na Europa e também a preocupante descoberta de que o Brasil só tinha gasolina e óleo suficientes para oito dias de combate, num caso de conflito aberto com outra nação, o que aumentou a determinação do governo brasileiro de reequipar e modernizar suas Forças Armadas. Ou mesmo no caso que podemos verificar pelo ofício Reservado de 09 de janeiro de 1942<sup>7</sup>, do Chefe do Estado-Maior do Exército brasileiro ao Ministro da Guerra, relatando que foi procurado pelo General Major *Niedefuher*, Adido Militar à Embaixada Alemã, no Rio de Janeiro, reclamando amistosamente das publicações na Imprensa do Brasil, que o davam como Chefe da Quinta Coluna na América Meridional, ou relatando que o Coronel *Naokata*, Adido Militar à Embaixada do Japão, apresentou ao EME boletins sobre resumos de operações de guerra no Pacífico, com os resultados obtidos desde o rompimento das hostilidades nessa área, fornecido pelo Quartel General Imperial de Tóquio.

Na parte diplomática, a partir de meados dos anos 30, os Estados Unidos realiza diversas conferências interamericanas, com intuito de construir uma provável unidade continental sob sua liderança.

As principais conferências foram a de Buenos Aires, em dezembro de 1936, que estabeleceu o princípio de que uma ameaça à segurança de qualquer uma das nações americanas é considerada uma ameaça a todas as outras; a Conferência de Lima, em novembro de 1938, que propôs o estabelecimento de algum tipo de pacto de segurança continental e que esbarrou na oposição da comitiva Argentina, pois vê neste tratado de segurança coletiva a idéia de uma aliança militar que limitaria as ações e opções dos países da América Latina; a primeira Reunião dos ministros de Relações Exteriores da América, ocorrida no Panamá<sup>8</sup>, de 23 Setembro de 1939 a 03 de outubro, que estabeleceu entre outras coisas, a reafirmação de fé nos princípios da Civilização e do Direito das Gentes, a condenação das soluções violentas, a solidariedade continental, e o princípio da neutralidade das águas territoriais, reforçando a liderança dos Estados Unidos, que acabou por ajudar os britânicos; e a Conferência de Havana, em julho de 1940, que saiu da neutralidade formal e decidiu que qualquer tentativa de um Estado não-americano de violar a integridade, o território, a soberania ou a independência

---

<sup>7</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. Acervo de Documentos da Guerra, de 1939 – 1942.

<sup>8</sup> O EME registrou, em seu relatório anual, as decisões tomadas na Conferência do Panamá.

política de um país americano seria considerada um ato hostil contra todos os países americanos<sup>9</sup>.

Para entrar no conflito mundial, os Estados Unidos tinham necessidade do apoio dos países latino-americanos sob os seguintes aspectos: necessidade de matéria-prima industrial estratégica, como a borracha, ferro, manganês, cristais de quartzo; bases terrestres e navais para suas operações militares em todo o hemisfério; apoio político internacional aos seus interesses; controle de atividades de agentes partidários do nazi-fascismo no continente<sup>10</sup>.

Podemos entender pelos acontecimentos do período que existia uma grande preocupação dos Estados Unidos da América com as possíveis alianças dos países do Eixo com nações latino-americanas, como no caso do ofício Reservado de nove de janeiro de 1942<sup>11</sup>, em que o Chefe do Estado-Maior do Exército brasileiro comunica ao Ministro da Guerra, que foi procurado pelo Brigadeiro-General (EUA) *Lehman Miler*, Adido Militar à Embaixada dos Estados Unidos, no Rio de Janeiro, que o fez ciente do desejo do General *Marshall*, Chefe do Estado-Maior (EUA), de que fosse estabelecido um sistema de vigilância preventivo na região amazônica do Rio Branco, semelhante ao que já havia sido conseguido na Venezuela, Colômbia e Guianas, pelo receio de se preparar por agentes dos países do Eixo atentados ou mesmo ataques à Zona do Canal do Panamá. O adido norte-americano solicita, ainda, informações sobre a região mencionada, sobre campos de aviação e transporte de gasolina, e permissão para que um avião dos Estados Unidos fosse até lá, em exploração.

Dentro destas necessidades há grande preocupação norte-americana em manter um bom relacionamento com seus vizinhos, jogando de acordo com o poder que o país pode representar em ajudas no tabuleiro de uma Grande Guerra, fazendo às vezes concessões, outras vezes promessas futuras, mas sempre mantendo a balança política favorável aos seus interesses.

No início da guerra de 1939, sobre a América Latina, apesar de um provável alinhamento com os Estados Unidos, pairava uma dúvida: qual lado se poderia apoiar? No entanto, principalmente com o bloqueio naval britânico, as linhas de comércio com a

---

<sup>9</sup> MOURA, Gerson. *Estados Unidos e América Latina. As relações políticas no século XX*. São Paulo: Contexto, 1991, p. 31-32.

<sup>10</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. Relatório anual do EME, de 1941.

<sup>11</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. Acervo da FEB. Documentos da Guerra, de 1939 – 1942.

Alemanha decaem rapidamente em 1940, apesar de as vitórias da Alemanha criarem condições para o engajamento de novos simpatizantes no continente americano.

Para fortalecer o relacionamento com a América Latina, em 16 de agosto de 1940, é criada pelo presidente Roosevelt, sob a liderança de *Nelson Rockefeller*, a agência “*Office for the Coordination of Commercial and Cultural Relations Between American Republics*”, para lidar com assuntos econômicos e culturais interamericanos de interesse dos Estados Unidos. Mais tarde a agência passou a se chamar “*Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* (OCIAA) – ou Birô Interamericano”. O principal objetivo do Birô era formular e executar um programa para aumentar a solidariedade no hemisfério e cooperação interamericana.

A segurança norte-americana dependia da recuperação econômica dos países latino-americanos. É necessária a compra dos produtos agrícolas e minerais e também o incentivo do desenvolvimento de outras áreas, tais como a educação e a cultura, a fim de conter o avanço nazi-fascista.

Podemos notar que suas atividades estão muito concentradas na propaganda maciça norte-americana veiculada através da comunicação de massa: rádio, imprensa e cinema. Todo esse programa serviu de base para reforçar a crescente influência de notícias, músicas e filmes norte-americanos na América Latina, e o estreitamento desses laços culturais pagaria juros altíssimos em pouco tempo.

No campo da comunicação e da informação, a Agência norte-americana procurou veicular na imprensa brasileira notícias que fossem favoráveis aos Estados Unidos da América. Em contrapartida, os norte-americanos divulgavam em seu território as que fossem favoráveis ao Brasil. O rádio serviu como um dos principais instrumentos de propaganda da guerra, pelo qual o OCIAA apresentava programas transmitidos diretamente dos EUA pelas estações locais. A cobertura dos acontecimentos da guerra era acompanhada pela divulgação da cultura norte-americana, ou seja, os hábitos e estilo de vida que constituíam o *American Way of life*, cujo objetivo principal era afastar a influência alemã e italiana colocada pelas comunidades de imigrantes.

No cinema<sup>12</sup>, tanto os filmes de ficção como os documentários foram responsáveis pela difusão da cultura e da ideologia norte-americana. A indústria cinematográfica de Hollywood foi uma peça fundamental pela infiltração cultural dos Estados Unidos na

---

<sup>12</sup> [http://www.cpdoc.fgv.br/nav\\_historia/htm/ano.../ev\\_guerranobr\\_tiosam.ht](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/ano.../ev_guerranobr_tiosam.ht). Acesso em 24/10/2003.



América Latina. No caso brasileiro, eram evitadas as distribuições de filmes que expusessem instituições e costumes considerados desestabilizadores dos interesses norte-americanos, como o preconceito da cor e a ofensa aos personagens latino-americanos. Especial atenção deve ser dada à criação do personagem Zé Carioca pelos Estúdios da Disney, que ajudou a fomentar a política da boa vizinhança. Foi nesse período que Carmem Miranda se torna símbolo da cultura brasileira nos EUA, e que a coca-cola avançou sobre as mesas dos brasileiros de classe média substituindo os sucos de frutas.

Analisando ainda a historiografia referente às Relações Diplomáticas podemos perceber que o alinhamento dos países da América Latina se consolidou na Conferência do Rio<sup>13</sup>, realizada de 15 a 28 de janeiro de 1942, na qual se atingiu o ponto máximo dos esforços norte-americanos com relação à coordenação de uma política para todo o continente, em oposição ao nazi-fascismo. O principal objetivo era a aprovação de uma resolução de rompimento que fosse declarada por ocasião da Reunião dos Chanceleres. No entanto, pela recusa da delegação Argentina e chilena em assinarem a declaração, fora aprovada uma resolução que apenas recomendava o rompimento das relações com os países do eixo. O Brasil rompe as relações diplomáticas com a Alemanha em 28 de janeiro de 1942, depois da Reunião dos Chanceleres, e o preço dessa decisão foi o afundamento de navios mercantes na costa brasileira.

Na preparação da Conferência, vinte e seis países assinam em Washington, como Nações Unidas, a declaração de guerra contra os países do Eixo, em primeiro de janeiro de 1942, o que provoca um protesto argentino ao governo dos Estados Unidos, baseado no fato de que a decisão feria o princípio da “consulta prévia”, consagrado na Declaração de Lima em 1938, o que torna mais delicada a relação argentino-americana, permitindo ao governo Vargas no Brasil, consolidar sua posição de aliado especial, arrancando concessões econômicas e militares dos Estados Unidos, o que poucos países na América conseguiram.

No decorrer da reunião, a delegação norte-americana precisa negociar o apoio de vários países latino-americanos aos seus projetos. Estabeleceram-se acordos bilaterais sobre assistência econômica e financeira, remessa de armas e assistência militar. Foi

---

<sup>13</sup> O ataque japonês a Pearl Harbor, em 7 de dezembro de 1941, acelera os esforços do governo norte-americano de unificação das nações americanas, que convoca a III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas.

ainda aprovada uma resolução estabelecendo a cooperação para a proteção das Repúblicas Americanas até que desaparecessem os efeitos do conflito na Europa e no mundo. O Brasil acaba declarando guerra aos países do eixo em agosto de 1942, com a declaração do estado de beligerância<sup>14</sup> de 31 de agosto daquele ano. Em consequência do estado de beligerância que o mundo vivia, o Brasil assinou um convênio político-militar com os Estados Unidos da América, em 27 de maio de 1942<sup>15</sup>.

Em 18 de outubro de 1941, Brasil e Estados Unidos concluíram um acordo relativo ao fornecimento de informações e artigos de defesa por parte de qualquer dos dois países, com o objetivo de estreitar a cooperação para a segurança do continente. No entanto, no decurso da aplicação do acordo, surgiram situações indicadoras da necessidade de modificá-lo com vantagens para ambos.

O convênio, assinado pelo Ministro das Relações Exteriores do Brasil, o Sr. Oswaldo Euclides de Souza Aranha, e pelo embaixador dos Estados Unidos, o Sr. Jefferson Caffery, acordou o estabelecimento das seguintes normas e condições abaixo relacionadas para regularem o concurso de suas forças militares e econômicas na defesa comum do continente americano:

#### **Artigo I**

- a) Ficam criadas duas comissões técnico-militares mistas brasileiro-americanas: uma no Brasil e outra nos Estados Unidos da América. Estas comissões seriam compostas do pessoal do Exército, da Marinha e das Forças Aéreas de ambos os países.
- b) Estas comissões ficariam encarregadas da elaboração de planos minuciosos e de estabelecer acordos entre os Estados Maiores, necessários à defesa mútua. Esses planos abrangeriam, entre outros assuntos e medidas, os acordos sobre comando nas zonas de operações que pudessem ser previstos.
- c) Em caso de mudança na situação estratégica, seriam feitas recomendações aos Governos de ambos os países sobre as amplificações ou modificações desses planos e sobre as medidas necessárias a serem tomadas para sua execução eficiente.

**Artigo II** – O emprego das forças brasileiras seria dentro de seu território; entretanto, em casos especiais, mediante decisão do Governo do Brasil, poderiam ser destacadas para outros pontos do continente, de cuja segurança e defesa tivessem que participar.

---

<sup>14</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. Decreto n. 10.358, que declara o estado de guerra contra a Alemanha e Itália.

<sup>15</sup> CARVALHO, Luiz Paulo Macedo (coord.). *O Exército na História do Brasil*. Rio de Janeiro. Bibliex, Salvador: Odebrecht, 1998. Vol. 3. p. 164-165. Convênio Político-Militar entre os Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos da América redigido de acordo com as modificações apresentadas pelo Governo norte-americano, em 27 de maio de 1942.

**Artigo III** – No caso de ataque ao território nacional por forças extracontinentais, os Estados Unidos da América dariam auxílio imediato de suas forças para a defesa do Brasil. No caso de ameaça de ataque, os Governos deveriam decidir sobre as medidas preventivas que deveriam ser adotadas, baseadas nos planos preparados pelas comissões mistas. Em todos os casos, as Forças Armadas norte-americanas só poderiam ficar estacionadas em território nacional do Brasil a pedido especial do Governo brasileiro.

**Artigo IV** – As bases navais e aéreas no território poderiam ser guarnecidas por forças dos Estados Unidos da América, a pedido do Governo brasileiro, ficando as condições de comando e responsabilidade nas zonas de operações, a serem reguladas pelas comissões mistas.

**Artigo V** – O Governo brasileiro, por solicitação do Governo norte-americano, poderia permitir o estacionamento de formações ou grupos de técnicos e especialistas norte-americanos, em pontos do território brasileiro, como auxiliares das forças militares dos Estados Unidos da América em trânsito ou em operações, e bem assim o uso de suas instalações navais e aeronáuticas.

**Artigo VI** – O Governo brasileiro facultaria ao Governo norte-americano a construção de depósitos e instalações, inclusive para o pessoal, assim como a organização de que careciam em território nacional, para o reaproveitamento e auxílio de suas formações militares.

**Artigo VII** – No caso de agressão ao Brasil por outra República americana que, na opinião do Governo dos Estados Unidos da América, seja simpática às potências do Eixo ou por eles instigadas, os Estados Unidos da América forneceriam ao Brasil a assistência necessária à sua segurança nacional e à manutenção no poder daquele Governo. Essa assistência far-se-ia sob a forma de fornecimento de material bélico e, se houvesse pedido formal do Governo do Brasil, ela se converteria também em cooperação das suas Forças Armadas.

No entanto é preciso destacar que a plena liderança política dos Estados Unidos da América só veio com o final da Grande Guerra.

Analisando o caso brasileiro, o resultado da aproximação com os Estados Unidos da América, mais intensa durante a Grande Guerra, possibilitou viabilizar o nacional desenvolvimentista de Vargas, com a construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), mas por outro lado, facilitou a infiltração da influência cultural e militar da República do Norte.

Em contrapartida, o perigo de uma guerra fora do continente e a formação de uma liderança sob domínio dos Estados Unidos apoiando o Brasil ao sul, não agradavam ao governo argentino, pois a participação ativa de Washington nos negócios continentais coloca em risco os interesses da Argentina na disputa da liderança na América Latina.

A oposição Argentina aos interesses norte-americanos ficou clara já na Conferência Interamericana de Manutenção da Paz, em Buenos Aires, no ano de 1936, o que levou o governo Roosevelt a ver o Brasil como o contrapeso dos ideais argentinos.

O apoio ao governo brasileiro veio por meio de assuntos militares, econômicos e políticos, apesar do governo Vargas ter se tornado um regime autoritário, com a instalação do Estado Novo em 1937, e dos insinuantes acenos de boa vontade de autoridades brasileiras para com a política nazi-fascista.

No entanto, não interessava ao governo norte-americano o estado ideológico do governo Vargas, e sim mantê-lo cooperativo e útil aos interesses dos Estados Unidos. E a Vargas, tudo indica que interessa mais o nacional desenvolvimentismo do Brasil do que a questão ideológica do seu regime. Havia a necessidade de se manter o Brasil longe dos interesses comunistas e fascistas. Vargas se tornou o preferido, melhor que o desconforto de um regime político antagônico, dentro do continente americano.

O crescente aumento dos interesses e das atividades alemãs no Brasil e na América Latina, no final da década de 30, foram os itens que mais despertaram a preocupação norte-americana para a possibilidade de infiltração dos ideais totalitários no continente. Com isso houve a necessidade de se reformar a seção latino-americana do Departamento de Estado, para desenvolver uma política funcional de suprimentos de armas e de fortalecimento da unidade continental. No Brasil, o Ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, trabalhava com a questão de cooperação Brasil e Estados Unidos, e na Conferência Pan-Americana de Lima discutira um pacto de segurança continental, apesar de toda oposição Argentina, pois via nesta questão uma operação de dependência dos países da América Latina aos Estados Unidos, e de colocação do Brasil como líder dos países da América do Sul.

O contexto político americano parece um jogo de xadrez, com as apostas de Vargas numa falsa neutralidade, mas com todos os indícios levando-o para o alinhamento com a América do Norte e o afastando da Europa. Seria o Brasil o principal obstáculo das atividades do Eixo na América do Sul, mas para isso era preciso armá-lo e só os Estados Unidos tinham condições para realizar tal tarefa. O Brasil armado representava a defesa da metade da América do Sul e a certeza da cooperação com a segurança do restante.

O início da Segunda Grande Guerra, para o Brasil, significa o aumento da ansiedade na obtenção dos armamentos norte-americanos, pois ficava cada vez mais difícil conseguir as armas encomendadas da Alemanha. Nos Estados Unidos, a Resolução *Pitman* (autorização ao Exército e a Marinha americana para assistirem seus congêneres na América Latina) ainda se arrasta no Congresso e, por isso, o General Marshall busca preservar a confiança brasileira oferecendo excedente de Artilharia de Costa.

Pelo lado das Relações Econômicas, os Estados Unidos procuram estabelecer tratados que pudessem manter seus aliados continentais, sob seu domínio, como no caso da aprovação do Ato de Acordo Comercial Recíproco, em 1939, no qual a administração Roosevelt inicia um esforço concentrado para manter a supremacia do comércio com o Brasil e evitar relações comerciais crescentes com a Alemanha.

Ao final, percebe-se que a intenção norte-americana nos diversos apoios (econômico, militar, político e cultural) às variadas nações latino-americanas só se deveu à necessidade de manter um ambiente continental favorável à sua atuação no teatro de operações europeu, facilitando suas atividades militares. Depois da guerra, o governo dos Estados Unidos suspendeu as atividades OCIAA, deixando a condução de algumas atividades a cargo da Embaixada americana no Brasil, quando voltaríamos a vislumbrar de novo a falta de interesse com o bem-estar social dos povos do lado de cá do oceano Atlântico e abaixo da linha do Equador.

A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado do Exército norte-americano, como não poderia de ser, mostrou a necessidade de profunda reorganização e modernização do Exército Brasileiro. As considerações finais do Relatório Anual do EME, de 1945, estabelecem um grito de alerta para essas modificações, inclusive enfatizando o fato de se adotar a organização e a doutrina militar americana, toda baseada na motomecanização. Para tanto, ainda era necessário o auxílio dos Estados Unidos da América.

### **Referências bibliográficas:**

CARVALHO, José Murilo. *Forças Armadas e Política no Brasil*. In: CARVALHO, J. M. *Forças armadas e política, 1930 – 1945. A Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Victor; e KRAAY, Hendrik (orgs.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo. *A Política Externa Brasileira, 1822–1985*. São Paulo: Editora Ática, 1986.

CONN, Stetson e FAIRCHILD, Byron. *A Estrutura de Defesa do Hemisfério Ocidental, o exército dos EUA na Segunda Guerra Mundial*. Bibliex: Rio de Janeiro, 2000.

*Documentos Históricos do Estado-Maior do Exército*. Compilado pelo Coronel Diniz Esteves. Brasília: Edição do EME, 1996.

FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Livro 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MC CANN, Frank D. *A Aliança Brasil – EUA, 1937 a 1945*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1995.

MOTTA, Jehovah. *Formação do Oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

MOURA, Gerson. *Estados Unidos e América Latina / As Relações Políticas no Século XX*. São Paulo: Editora Contexto, 1991.

ROUQUIÉ, Alain. *O Estado Militar na América Latina*. Trad. Leda Cintra Ferraz. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

**FROM THE ARRIVAL OF THE AMERICAN MILITARY MISSION IN  
BRAZIL, 1936, TO THE TOTAL DOMINATION OF THE DOCTRINARY  
INFLUENCE OF THE UNCLE SAM IN THE ZÉ CARIOCA'S ARMY**

Fernando da Silva Rodrigues

**ABSTRACT:** The end of the 1930's was marked by a strong ideological opposition in the world scenery. Though a growth of the state interventionism was taking place, in special with the strengthening of authoritarian regimes like the Fascism and the Nazism, the main countries remained democratic. However, the influence of the United States could be felt strongly in Latin America during the Second World War. Conversations were maintained, with as many different focuses as possible: economical relations; strategic questions, like the supply from raw material or the use of parts of the territory; alignment of military doctrines and the supply of technology, completely aiming at establishing a continental defense of the Americas.

**KEY WORDS:** World War II. The United States. Cooperation.